

BENS SIMBÓLICOS E "CAUSAS LEGÍTIMAS" EM TRÂNSITO INTERNACIONAL

SYMBOLIC GOODS AND "LEGITIMATE CAUSES" IN INTERNATIONAL TRANSIT

Eliana Tavares dos Reis*
Carolina Martins Pulici**

A opção por adotarmos neste dossiê a temática das *transações de bens simbólicos entre configurações nacionais* não é fortuita. A ideia de *transação* permite abarcar múltiplos tipos de fluxos de produtos, valores, instituições, modelos, pessoas, etc. entre realidades nacionais desigualmente alocadas nas hierarquias do espaço transnacional. Nesse caso, aglutinamos nesta publicação estudos que suscitem pensar nessas *transações* em termos de, no mínimo, três encaminhamentos principais (não excludentes, mas complementares entre si): como estratégias de negociação, formas de imposição ou relações de dominação entre

“centros” e “periferias”; como dinâmicas ou modalidades de trocas que envolvem agentes individuais e coletivos desiguais; e como analogias (com ênfase comparativa) entre universos ou fenômenos ocorrentes em países diferentes. Observamos ainda, que na preocupação com os imbricamentos entre “nacional” e “internacional” (ou “estrangeiro”), e com as condições de transnacionalização dos bens ou posições examinadas, as opções de delimitação dos universos investigados focalizam intercâmbios entre países dos centros ocidentais, ou entre esses e o Brasil (nas duas vias)¹.

* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: eliana1reis@terra.com.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9357-2339>.

** Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: carolina.pulici@unifesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8742-4057>.

1 Infelizmente, restam ausentes neste dossiê estudos comparativos ou sobre trocas que abarcam outras nações consideradas “periféricas” ou ex-colônias, a exemplo das africanas, asiáticas e as demais da América Latina.

Desta forma, com variadas escalas e ferramentas de análise, com objetos muito bem construídos e operacionalizados, encontramos nesta coletânea uma riqueza de alternativas de recortes, procedimentos metodológicos (morfologias, quadros sinópticos, correlações estatísticas, etnografias, cartografias, estudos de trajetórias e de redes...) e materiais (entrevistas, documentos institucionais, publicações, imagens...). Enfim, estratégias de pesquisa que, certamente, dão conta de agendas de investigações confluentes nas suas orientações analíticas, e que podem motivar desdobramentos e novas pesquisas ainda mais “congruentes com as realidades” (ELIAS, 1999; 1998) que enfrentamos.

Vamos tentar situar alguns aspectos que propiciaram o enriquecimento dos trabalhos contemporâneos que seguem nessas direções, ressaltando que eles podem partir de dimensões políticas ou culturais entendidas como fundantes das condições em que é possível a universalização de modelos de ação, organização e percepção, ou de suas apropriações, recepções, reinvenções, readequações e hibridações *vis-à-vis* as diretrizes dominantes. Trata-se, então, de duas entradas dificilmente desconectadas (“política” e “cultura”) a partir das quais, em primeiro lugar, é possível discutir enfoques e examinar processos mais amplos e/ou ocorrências mais específicas. E, em segundo lugar, possibilitam chegar a condicionantes que interferem nas conjunções e injunções que presidem as transferências e as relações assimétricas. Assim como interligam, em *cadeias de interdependências*, agentes (individuais e coletivos) inscritos em distintos contextos de luta e configurações nacionais – com padrões de *trajetórias*, composições de *domínios* e *posições* na cena internacional delineadoras de ar-

quétipos políticos, culturais e econômicos.

Wacquant e Calhoun (1991) retomaram o debate teórico vigoroso na sociologia norte-americana a partir dos anos 1980 (e em decorrência do arrefecimento da importância das vertentes estrutural-funcionalistas que data dos anos 1960), no qual estavam em confronto perspectivas de ação social e de ciências sociais centradas na escolha racional ou na sociologia histórica e cultural. Os autores elencaram diversos elementos que confluíam à emergência e expansão de uma sociologia histórica e comparativa, tendo como precursores Barrington Moore Jr., Reinhard Bendix, Charles Tilly, Gerhard Lenski e Immanuel Wallerstein. Estes, por sua vez, recuperaram autores como Marx, Weber e Tocqueville para forjar um método inovador dos estudos sobre o “Estado”, ao mesmo tempo em que servia de meio “não apenas de neutralizar, tornando visíveis os vícios ideológicos e etnocêntricos da disciplina, mas também de escapar à oposição estéril da ‘teoria suprema’ e do ‘empirismo abstrato’, denunciada já em 1959 por C. Wright Mills” (WACQUANT; CALHOUN, 1991, p. 82). É nesse bojo que enfatizaram a dimensão “cultural” dos processos, reforçada com o fortalecimento paralelo de uma sociologia da cultura conduzida por autores como Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, entre outros.

Essas reflexões estão em consonância com as transformações históricas mais amplas ocorridas desde o século XIX até nossos dias, e com a crescente problematização dos nexos entre Estados “centrais” e “periféricos”, constituídos como relações de dominação política, com suas faces cultural (aí incluídas as científicas, e mesmo as religiosas) e econômica, dificilmente apartadas. Reflexão avançada em Badie e Hermet (1993), que propunham marcos históricos

fundantes a uma perspectiva de análise política comparativa². Eles refletiram sobre como processos pretensamente universais ou de mundialização (que inegavelmente têm raízes históricas e econômicas) redundam na pretensa homogeneização dos âmbitos e categorias políticas e culturais. A análise das relações de imposição/conexão entre *dinâmicas ocidentais* e *extras ocidentais* e com as chamadas *dinâmicas órfãs* revela as gratificações em todas as pontas (ocupadas por uma diversidade de protagonistas inseridos em profusos domínios de atuação)³. E ainda traz à tona as necessidades e estratégias de ajustes (entre modos “tradicionais” e “cosmopolitas”, por exemplo), fontes de defasagens e disfunções de todos os tipos.

Inegavelmente, as balizas das pesquisas de Norbert Elias (1999; 1998; entre outros) incrementaram as potencialidades do raciocínio comparativo aplicado à apreensão dos processos históricos, fases ou dinâmicas configuracionais sucessivas. Sua preocupação em ultrapassar o obstáculo do *naciocentrismo* nas ciências sociais revelou a indexação das categorias sociológicas à constituição dos modernos estados nacionais, e sua tradução em modelos norma-

tivos de sociedade espelhados em experiências históricas demarcadas no tempo e no espaço⁴. A superação das orientações intelectuais naciocêntricas sendo possível, segundo Elias, apenas via a adoção de um olhar distanciado das questões do tempo presente e das autoimagens dos grupos (nacionais, sociais, políticos, ideológicos, científicos...) aos quais cientistas sociais pertencem – adicionando a crítica aos modelos de conhecimento (linguagens, conceitos, instrumentos e formas de demonstração) aparentemente universais. Isso não deixa de estar relacionado à sua própria experiência de desenraizamento, à necessidade de trânsito entre diferentes países, em que conviveu com distintas tradições intelectuais, e às várias situações nas quais vivenciou a condição de *outsider*. Esses são aspectos realçados por Igor Grill na apresentação à entrevista realizada por Johan Heilbron com o cientista social alemão e que agora é publicada na REPOCS, demonstrando sua pertinência às discussões deste dossiê.

Grill ressalta também como, para Elias, uma “sociologia bem feita” exige a atenção aos processos de longa duração, a acuidade na observação das variações relativas aos contextos e o destemor de parecer heréti-

2. Nos anos 1990, Bertrand Badie ofereceu um ciclo de conferências na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a respeito da ocidentalização da ordem política mundial e da importação de modelos políticos, convidando a pensar sobre os governantes, dirigentes, intelectuais e contestadores importadores; e sobre os produtos importados (como debates, instituições políticas e jurídicas, ideologias, etc.). Essas questões foram tratadas em seu livro individual (lançado naquele período, em 1992), e em outro livro publicado em parceria com Guy Hermet (lançado em francês em 1990 e traduzido para o espanhol em 1993). As pistas que eles propõem têm servido de referência-chave, costurada com o esquema bourdieusiano, na agenda de uma equipe de pesquisadores brasileiros, inspirados pela orientação de Odaci Luiz Coradini. Ver, por exemplo, coletânea organizada por Seidl e Grill (2013).

3. Garcia Jr. (2013, p. 184), refletindo sobre estudos no exterior e recomposição das elites dirigentes no Brasil, advertiu sobre a incorreção de se acreditar que os “dominantes” possam “controlar a própria relação de dominação em lutas de concorrência” quando, seguindo as formulações weberianas, todos os participantes dessas relações “ignoram o conjunto completo de fatores responsáveis pelo sucesso de uns e fracassos de outros, assim como a contribuição de uns e de outros à perpetuação dessa assimetria em jogos de poder internacional”.

4 Ver a instigante discussão de Federico Neiburg (1999) a respeito da crítica de Elias ao naciocentrismo.

co ao fazer valer sua identificação com a profissão em detrimento de outros envolvimento. Acrescenta-se a isso o potencial explicativo à apreensão de como, presas a cadeias de interdependências múltiplas e opacas, as *dinâmicas ocidentais* disputam o *monopólio das oportunidades de poder* que possam garantir a sua posição dominante (ELIAS, 1999). Para tanto, dependem dos demais jogadores menos afortunados para realizar a sua capacidade de capilarização global e, no limite, de se constituírem como parâmetros às exigências autóctones de consagração (*magia social* dos bens ou trunfos exógenos). E esses jogadores, de outro lado, evidentemente, ofertam toda sorte de adesões e contribuições, igualmente lucrativas aos seus projetos pessoais e coletivos de conquista de posições bem situadas nas hierarquias dos espaços nos quais investem; redundando em configurações relativamente provisórias. Como chamou atenção Siméant-Germanos (em artigo neste dossiê), não é incomum, equivocadamente, conceber “que as configurações internacionais são estáveis”. Um risco a ser, seguramente, evitado.

Por certo, um veio da ciência política francesa (cujos autores se inscrevem em

uma sociologia histórica e comparativa⁵) contribuiu muito na problematização das relações entre a sua “potência natal” e de seus rivais europeus com as nações “colonizadas”. Nesse sentido, não menos impactantes foram as pesquisas bem anteriores de Pierre Bourdieu sobre a Argélia (2021a, 2008) e também sobre a sua própria terra natal no Béarn (2021b): área rural do sudoeste francês igualmente sujeitada à imposição de um modelo nacional dominante. Somam-se, ainda, os desdobramentos dos posicionamentos de Bourdieu na defesa contundente da necessidade de “evitar que a análise comparativa permaneça aprisionada no etnocentrismo nacional, com todas as censuras correlatas” (BOURDIEU, 2023, p. 122)⁶.

A reconfiguração da ordem internacional, com o deslocamento do eixo de hegemonia política e cultural da Europa para os Estados Unidos da América (EUA), motivou uma série de pesquisas sociológicas voltadas a apurar o “imperialismo” norte-americano, ainda mais quando conduzidas por pesquisadores e pesquisadoras não estadunidenses ou americanófilos. No âmbito da sociologia francesa, muitas dessas investigações têm procurado evi-

5 Além de Bertrand Badie e Guy Hermet já citados, especialistas no mundo asiático e latino-americano, respectivamente, cumpre grifar a importância dos trabalhos de Jean-François Bayart (1985, 1989) e Denis-Constant Martin (1988) sobre países africanos, entre outros.

6 Encontramos orientações nesse sentido no texto inédito *As especificidades das histórias nacionais: por uma história comparada das diferenças pertinentes entre as nações*, reconstituído a partir das transcrições de um seminário de Bourdieu na EHESS em 2000. Outra advertência de Bourdieu aos estudos que se proponham a comparar diferentes configurações nacionais reside na necessidade de não se voltar ao passado dos países estudados de maneira inquisitorial, com questões normativas que lhe foram alheias. Se todo comparatismo nunca deve prescindir de uma recuperação histórica, não sincronista, das nações contrastadas, ele não deve, do mesmo modo, impor retrospectivamente problemas que não eram colocados ao passado, produzindo, dessa forma, um outro etnocentrismo. Com suas alusões cúmplices do presente, as indignações retrospectivas tratam o passado como período a ser esconjurado e denunciam “as maneiras brutais na era das maneiras suaves”, justificando os princípios de hierarquização hoje dominantes, que assim “se definem precisamente contra a retaguarda ‘ultrapassada’” (BOURDIEU, 2021b, p. 250).

denciar os mecanismos de afirmação e de exercício da dominação. Como indicaram Bourdieu e Wacquant (2005, original de 1998), a “astúcia da razão imperialista” e os objetos das lutas imperialistas (das quais os franceses participam) realizam-se pelo “poder de universalizar particularismos ligados a uma tradição histórica singular, fazendo com que não sejam reconhecidos como tal” (p. 209). Isto é, garantindo (não como um plano racionalmente aplicado) o esquecimento das suas gêneses para que sejam “planetarizados”, “globalizados”, “desenraizados”, “desparticularizados”. Ao serem espontaneamente incarnados, esses “lugares-comuns” de uma “vulgata global” paulatinamente se assentam como “senso comum universal”, desconhecendo-se “que eles têm raízes nas realidades complexas e controversas de uma sociedade histórica particular, agora tacitamente constituída em modelo para todas as outras e como padrão de todas as coisas” (p. 210-211).

Seguindo essas orientações, Dezalay e Garth (2000) examinaram as lógicas e determinantes que presidiram a afirmação de profissionais considerados “habilitados” à construção e/ou à intervenção em um “mercado” ou espaço de “práticas transnacionais”. Sem perder de vista as condições nacionais de internacionalização dos agentes investigados (examinam advogados e economistas latino-americanos)⁷, esses autores demonstraram a existência de

um paralelismo entre o Sul e o Norte e seus efeitos de homologia, significativamente fundados e explicitados na “dolarização do conhecimento”. Ao avistarem as “estratégias internacionais”, Dezalay e Garth caracterizam o armazenamento e a reconversão de um conjunto de recursos adquiridos no “exterior”, e evidenciam como o capital acumulado e a circulação internacional visam, principalmente, intervenções em *guerras palacianas*⁸. Foi com esses parâmetros que Nicolas Guilhot (2001) se deteve notadamente na afirmação dos chamados “profissionais da democracia”, que combinam “lógicas militantes e lógicas acadêmicas” para se posicionar em torno de um “novo internacionalismo americano”.

Essas pistas (que enfatizam a articulação entre *práticas e posições*, a um só tempo políticas e culturais) vêm sendo seguidas e testadas por Reis e Grill⁹. Especialmente no artigo apresentado neste dossiê, autora e autor demonstram como as intervenções de Fundações Partidárias alemãs no Brasil (Konrad-Adenauer-Stiftung/KAS, associada ao CDU/União Democrata-Cristã; e a Friedrich-Ebert-Stiftung/FES, ligada ao SPD/Partido Social Democrata) são relacionadas, na sua gênese, a processos mais amplos de redefinição das relações de forças entre Estados nacionais hegemônicos. A afirmação dos modelos de Estado e de democracia norte-americanos, conjugada ao empenho dos representantes (políticos e in-

7 No Brasil, o prolongamento dos estudos e a interlocução com esses pesquisadores, entre outros da mesma tradição, foi promovida no âmbito de projetos sobre circulação internacional de elites e estratégias educativas, coordenados por Afrânio Garcia Júnior, e dos quais participaram Roberto Grün, Ana Maria Almeida, Letícia Bicalho Canêdo, Odaci Luiz Coradini, Héglio Trindade, entre outros.

8 A definição de Bourdieu (1989, p. 278) que aparece para examinar a relação entre as transformações nas escolas de elite e a “reprodução do campo do poder” é retomada por Dezalay e Garth (2000, p.164) para indicar aquelas lutas que não são “apenas pelo controle do Estado, mas também pelos valores relativos dos indivíduos e dos conhecimentos que dão forma e direção ao Estado”.

9 Ver Reis e Grill (2017, 2023) e Grill e Reis (2016, 2012).

telectuais) alemães na reabilitação de uma imagem nacional abalada, colaboraram nos empreendimentos em levar a democracia às nações “periféricas”. Assim, segundo Reis e Grill, as transladações norte-norte e norte-sul se elucidam no compartilhamento de *causas inelutáveis* (como “participação política”; “educação”; “meio ambiente”; “organização sindical”; “gênero”; “Amazônia”; entre outras) operadas por *empreendedores morais* dessas *problemáticas legítimas*, principalmente por meio da promoção de atividades (eventos e publicações) no Brasil, conduzidas por porta-vozes das duas nacionalidades (divulgadas em ambas as línguas).

Além das questões que mobilizam os envolvidos, Eliana dos Reis e Igor Grill situam “o perfil social e ideológico de agentes individuais e coletivos”; mapeiam as parceiras brasileiras; localizam as “fórmulas de acesso ou de consolidação de bens democráticos percebidos como inestimáveis”; e revelam como, junto com a “alquimia das trocas assimétricas (norte-sul) – decorrente das estratégias estrangeiras de imposição e das estratégias domésticas de negociação de problemáticas legítimas” –, há discrepâncias nos enviesamentos e elos estabelecidos a partir de cada uma das fundações alemãs.

Conforme mencionado, a administração dos contatos entre os agentes é facilitada pela instalação, no país, de escritórios das duas entidades, as maiores desse tipo na Alemanha e no mundo e que há mais tempo estão no Brasil. Reis e Grill sublinham, então, que, como desdobramento da pesquisa, pretendem investigar mais detalhadamente o funcionamento desses “escritórios”, inspirados nas sugestões propostas Johanna Siméant-Germanos, no artigo traduzido nesta coletânea.

Siméant-Germanos apresenta pesquisas coletivas que contemplaram trabalho de campo sobre organizações internacionais, realizados entre 1998 e 2011: primeiro sobre as organizações humanitárias francesas, subsequentemente sobre “militância altermundialista”, em especial de militantes africanos em ONGs. Para o estudo das “formas de ação transnacionais”, a pesquisadora se concentrou, mormente, na reflexão acerca das “correlações entre construção do objeto e prática da investigação em contextos internacionalizados”. E pontuou o enfrentamento de questões emergentes quando examinamos “práticas e configurações em que a superposição rotineira entre sociedade/Estado é ainda mais problemática do que na investigação que se restringe às fronteiras nacionais”.

Nos marcos da sociologia política francesa, a autora desenvolve quatro eixos pertinentes às “estratégias empíricas” adotadas nas pesquisas: 1) traçar o “campo empírico” e “os processos de internacionalização”; 2) conceber “meios para compreender a divisão do trabalho em organizações internacionais (governamentais ou não)”; 3) examinar as “trajetórias individuais”; e 4) englobar eventos internacionais. Siméant-Germanos descreve intercâmbios, contingencialidades, limites e potencialidades das observações *in loco* e das pesquisas de campo “semiparticipativas”. Ela defende a análise vigilante de elementos que definem usos de autoridades, interesses, financiamentos, conformações e competências, nem sempre previstos por “aqueles que creem que as nobres causas, que sobejam nas relações internacionais, só tangem a nobres fatores”. No estudo das “carreiras individuais”, Siméant-Germanos sustenta a importância de se atentar para como elas se coadunam aos perfis das pró-

prias organizações (dimensão investigada igualmente por Reis e Grill, no artigo aqui publicado), pois “nunca se estabilizam as fronteiras entre vocações e lógicas profissionais, lógicas estatais e associativas, nacionais e internacionais”. E, por último, aborda a participação de atores nacionais em atividades internacionais que, por sua “dimensão dramaturgica”, são boas oportunidades à observação do que “está internacionalmente em jogo (consequências da globalização, futuro do planeta, disparidades globais, solidariedade internacional...)”.

No mesmo artigo, encontramos ainda referências aos custos materiais da presença nesses eventos de militantes de ONGs sem as mesmas condições de apoio financeiro. Assim, a participação e acesso à diversidade de espaços internacionais, bem como o tipo e o uso dos recursos adquiridos evidentemente são heterogêneos e desiguais, em todos os sentidos. Pesquisadores e pesquisadoras desses trânsitos, de diferentes maneiras, têm considerado a diversificação dos perfis sociais aptos a se deslocar. E é heurísticamente relevante levar em conta as oportunidades de financiamentos públicos e privados, e dos investimentos pessoais e coletivos em estar fisicamente em determinados lugares internacionais ou nacionais (e não em outros), pois não se pode negligenciar a “dimensão elitista dessas estratégias internacionais” (DEZALAY; MANDSEN, 2013, p. 24-25). Junto com a proliferação de domínios das práticas transnacionais, os consumos de bens “estrangeiros” ou as chances de deslocamento para o “exterior” podem ser indicadores potentes das estratégias dos mais ou menos favorecidos e seus lucros em determinados mercados.

O que, segundo Pulici (2020a), também se exprime nos deslocamentos turísticos

mais distintivos num dado momento, porque mais raros, menos explorados e mais eficazmente preservados do contato com as multidões. Esses trânsitos e estratégias de distinção podem não corresponder, como demonstram Nicolau Netto e Michetti, a pressuposições imediatas que correlacionam origens de classe e destinos “nacionais” ou “internacionais”.

Atentos às viagens mais discriminantes socialmente, Michel Nicolau Netto e Miqueli Michetti, em artigo neste dossiê, alertam que a determinação do referente “nacional” e suas oposições usualmente acionadas, como aquela com o “estrangeiro”, devem ser repensadas quando se trata de compreender as alternativas de “circulação distintiva”, pois as “composições de escalas” podem variar bastante. Isto é, a origem de classe e as representações transmitidas pelas agências de viagens quando oferecem seus produtos por meio da ativação e distinção de um “turismo de luxo” ou de um “turismo acessível”, não necessariamente correspondem a opções por deslocamentos no Brasil ou para outros países. Segundo argumentam, as redefinições das percepções e dos trânsitos se traduzem no agenciamento de fronteiras relacionais podendo alguns tipos de viagens nacionais serem mais “luxuosas” do que alguns tipos de viagens internacionais mais “acessíveis”. É preciso observar como o *capital cultural* assegura “um domínio simbólico sobre aquilo que é mais legítimo e raro, ou um controle sobre as composições de referências simbólicas espaciais (seja o globo, a nação, o bairro, a região, etc.) mais legítimas e raras”. A compreensão do mundo transnacional ou globalizado depende, pois, da atenção ao fato de que “o espaço social, isto é, as posições de classe, restringe o que o espaço geográfico parece ampliar”.

Como ponto de partida, Nicolau Netto e Michetti recomendam que se pense em um “espaço transnacional do turismo de elite” no qual as fronteiras são “geograficamente móveis e socialmente rígidas”, visando a “raridade”. Para tanto, a ideia de globalização e a problematização da noção de cosmopolitismo são centrais à análise das práticas de turismo impulsionadas por empresas voltadas a públicos de diferentes classes sociais.

Geralmente as rotas para fora das fronteiras nacionais não só confirmam um “cosmopolitismo”, como podem significar mesmo a experiência pedagógica de “produção de uma disposição cosmopolita”, ou seja, favorável à formação de “cidadãos do mundo”. Entretanto, ele e ela realçam que, principalmente em um contexto no qual “as fronteiras simbólicas se redesenham de forma a refletir o manejo distintivo das representações sociais acerca do espaço geográfico”, precisamos reconhecer e estudar “o surgimento de novos espaços, multiescalares, transnacionais, nos quais as diferentes classes circulam e, assim, se diferenciam”. Para tanto, discutem como as representações sociais do espaço (com inspiração durkheimiana) dependem da forma como as sociedades são organizadas e que, com a reconfiguração global, elas assumiram características específicas (nem sempre consideradas nos estudos).

Nesta coletânea, fica evidente a centralidade do esquema analítico de Pierre Bourdieu. E, junto com as apropriações acadê-

micar, é igualmente claro o lugar do autor e de sua obra nas estratégias políticas de afirmação e internacionalização de tipos culturais legítimos, concepções de intelectuais, de produção científica, de ciências sociais, de bom gosto, etc.¹⁰ Podemos citar, especificamente, a rede europeia articulada em *Pour un espace des sciences sociales européen* (ESSE) que, institucionalizada entre 2004 e 2009, foi criada para promover o encontro dos porta-vozes da pesquisa científica da luta política, objetivada com um manifesto de “princípios e proposições para refletir sobre a formação de um espaço europeu” (REIS, 2011). Esse documento foi anexado no final da publicação organizada por Gisèle Sapiro (2009), com o título *L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation (XIX-XXI siècle)*. Não por acaso, o primeiro capítulo é a reprodução de uma conferência de Bourdieu em universidade alemã (estimulado pelo vínculo com Joseph Jurt)¹¹, na qual ele destacou as virtudes políticas e analíticas da análise das condições de circulação internacional das ideias. A notabilizada frase “os textos circulam sem seu contexto” é um alerta do seu contrário, conclamando os cientistas sociais a não descuidarem que o estudo das “transferências culturais ou trocas internacionais” exige superar “entraves decorrentes de fatores estruturais criadores de equívocos raramente levados em conta nas apropriações de modelos alienígenas” (REIS, 2011, p. 212).

10 Corroboradas e disputadas nas homenagens póstumas que já são fontes inesgotáveis à análise dessas estratégias.

11 Publicada em 1990, no *Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte: Cahiers d'histoire des littératures romanes*.

O conjunto de textos reunidos na coletânea organizada por Sapero (2009) é significativo da operacionalização de uma agenda de investigações que já estava em andamento, no mínimo, desde o início dos anos 1990, e que foi remodelada e avançada ao longo do tempo, notadamente na linha de uma sociologia dos intelectuais, em plano internacional. Com destaque aos trabalhos de fôlego de Christophe Charle, Johan Heilbron, Victor Karady e Michael Pollak, além daqueles da própria Sapero. Também está nesse elenco Joseph Jurt, que discute as condições de internacionalização da literatura ou de verificação de um “campo literário europeu”, à luz das origens nacionais a partir das quais a produção literária é consagrada (e consagradora): o que é possível notar, segundo o autor, nos investimentos franceses na invenção de uma literatura nacional com pretensão universalista.

A *sociologia das trocas simbólicas* concebida por Pierre Bourdieu e sua equipe também se prolonga no trabalho de Pascale Casanova (igualmente presente no *L'espace intellectuel en Europe...*). Na sua reflexão sobre o espaço mundial da literatura, observamos a ampliação do escopo de análise a uma escala internacional, mantendo-se orientada pela oposição entre bens de distribuição restrita e produtos mais diretamente comerciais, e acrescentando a não menos determinante contraposição entre as produções nacionais que satisfazem demandas de exotismo e as que ensinam as virtudes do universalismo. Por sua ênfase nas propriedades gerais dos campos, seu livro *La République mondiale des lettres* (1999), traduzido em diversos países e inclusive no Brasil, em 2002, tem inspirado tentativas recentes de avaliar o quanto estratégias de operacionalização aplicadas ao estudo de determinados universos de

produção são exportáveis a outros, o que indica a pertinência da discussão da autora resgatada em artigos deste dossiê.

Esse é o caso do texto de Julien Duval sobre a circulação internacional de obras cinematográficas, que se constitui originalmente em uma homenagem a Casanova, a quem atribui pioneirismo no desenvolvimento de investigações estruturadas em termos de *campo* em uma escala transnacional. Convencido de que o livro da autora pode inspirar análises das relações de força internacionais em outros domínios para além da literatura, Duval se empenha em demonstrar como isso ocorre no mundo do cinema. A possibilidade de generalização das dimensões manejadas e das hipóteses suscitadas por Casanova é examinada pelo autor segundo três pontos de vista. Trata-se, em primeiro lugar, de evidenciar as desigualdades e relações de dominação entre as nações; em seguida, de compreender a posição da França e de Paris no espaço internacional da literatura e no espaço internacional do cinema; para, finalmente, apreender as propriedades compartilhadas por esses dois espaços.

Embora seja difícil comprovar estatisticamente o peso da origem nacional no destino internacional das obras – tese central do livro de Casanova –, dada a ausência de base de dados sobre a circulação internacional de filmes, Duval levanta diversos indícios de que a probabilidade de um filme estrangeiro ser veiculado na França varia fortemente segundo o país de procedência, e de que os lugares “onde se concentram e se acumulam recursos” são, não raro, os mesmos em matéria de cinema e de literatura. Os filmes franceses e norte-americanos são os que, particularmente, desfrutam de uma dominação duradoura exercida ao longo de toda a história do cinema, ao con-

trário do que acontece, em especial, com a cinematografia dos países de fora do eixo Europa ocidental – América do Norte, que adentraram o espaço internacional em períodos muito específicos em que sua produção tinha condições propícias à exportação.

Na tentativa de mostrar como *A república mundial das letras* constitui uma fonte fecunda para abordar outros objetos empíricos em perspectiva transnacional, o autor realiza um duplo exercício analógico entre literatura e cinema, e entre a França e os Estados Unidos. Mas Duval também avalia como a relação de homologia entre o espaço literário internacional e o espaço cinematográfico internacional tem também seus limites, sobretudo porque Casanova se voltara prioritariamente às obras da literatura de vanguarda e ao setor de produção restrita. Desse modo, se a autora trata dos Estados Unidos como “um país muito dominado” no espaço literário internacional da 1ª metade do século XX, o mesmo não vale para o caso do cinema nesse mesmo período. Isso sugere que as analogias entre os dois espaços são mais evidentes apenas quando se reduz o cinema à sua região menos heterônoma, organizada em torno dos festivais e da crítica, e que historicamente esteve sob dominação europeia.

Igualmente dedicado à análise comparativa de duas nações centrais em luta pela prescrição de padrões legítimos de pensar e agir, o artigo de Sophie Noël contrasta livrarias francesas e britânicas independentes juridicamente de grandes cadeias, editoras ou marcas, e que foram criadas entre meados dos anos 1990 e o final da década de 2010. Direcionando-se aos esquemas de apreciação legitimados por essas instâncias “intermediárias” (LIZÉ; NAUDIER; ROUEFF, 2011) entre a produção e a recepção de obras, a autora demonstra que as pequenas

livrarias de bairro asseguram, nos dois países, a sobrevivência de títulos mais ambiciosos, o aconselhamento personalizado e saraus literários que transformam uma simples compra em experiência cultural gratificante. Em sua valorização da diversidade editorial e de um comércio mais “humano” e “autêntico”, alternativo à venda maculada de evasão fiscal e “dumping social” operada pelos gigantes da internet como a Amazon, tais comércios “virtuosos” encarnariam alguns dos valores que passariam a ser professados inclusive pelos estabelecimentos mais poderosos economicamente, constituindo, dessa maneira, um dos vetores de transformação do espaço nacional e transnacional de venda de livros.

Na fronteira entre a arte e o dinheiro, os livreiros independentes estudados são vistos e se veem como “comerciantes à parte”, que viabilizam “verdadeiras livrarias” e não meros “pontos de venda”. Desde sempre ávidos leitores, e para os quais os acordos comerciais são recorrentemente eufemizados frente ao poder espiritual do livro, esses livreiros integram a fração cultural da categoria dos comerciantes, advêm das classes mais privilegiadas da população e são diplomados acima da média. A autora verifica a persistência de frações progressistas do público privilegiado que buscam se afastar da natureza impessoal das transações de produtos standardizados do circuito *mainstream*, e apostam na proliferação de comércios “éticos” que moralizariam a racionalidade capitalista com produtos “responsáveis”. Noël caracteriza a propagação de visões alternativas de comércio do livro em dois países da Europa ocidental, que funcionam com base em quadros jurídicos e financeiros muito distintos. Da mesma forma que Pascale Casanova e Julian Duval sustentam a França como bastião do

“cinema de autor” e da “literatura de vanguarda”, Noël realça ser ainda muito forte no contexto francês o credo de que o livro não é uma mercadoria como outra qualquer, contrariamente à sua equiparação crescente aos demais comércios no mundo anglo-saxão.

O lugar privilegiado da França como berço das atestações de *bens culturais legítimos* segue no artigo de Camila Gui Rosatti, dedicado aos editores de móveis de design brasileiro, bem como no de Débora Previatti, voltado à edição de livros de culinária e gastronomia no Brasil. Entretanto, ambos os trabalhos se diferenciam pela preocupação – que é também a de Rodrigo Bordignon em artigo sobre a literatura brasileira “em busca do além-mar” – em examinar o peso das santificações e autenticações dominantes (francesas) no reconhecimento de bens simbólicos de origem dominada (brasileira).

Em sua análise da internacionalização do mobiliário brasileiro “de autoria”, Gui Rosatti mostra como o design foi deixando de ser “Uma arte média” – para evocar o livro de Bourdieu (1965) sobre a fotografia em pareceria como Chamboredon, Boltanski, Lagneau e Schnapper – para se impor crescentemente como “arte legítima”. Nesse processo de criação do valor de peças editadas, que passam de “cópias” estandardizadas a “edições” selecionadas, fabricantes de móveis desprovidos da eficácia mágica da assinatura tornam-se guardiões de um mobiliário de autor, digno da presença em museus de renome mundial e de altos lan-

ces em leilões de arte e antiguidades. Como se o objetivo comercial primeiro tivesse sido definitivamente apagado pela missão heroica de “resgate” internacionalizado das novas obras-primas da cultura brasileira.

Rosatti aposta na maior disseminação do consumo dessas obras assinadas para além de círculos de especialistas e aficionados para justificar o enfoque na afirmação transnacional contemporânea de criações de origem nacional. Diferenciando-se dos estudos mais recorrentemente centrados nos designers e críticos, a escolha pela via pouco explorada dos editores permite a autora acompanhar as atividades de quatro empresas – uma francesa, duas italianas e outra brasileira – em suas tentativas de produzir o valor econômico e simbólico de produtos e nomes celebrados na história das artes decorativas. Do ponto de vista desses editores que selecionam, fabricam e distribuem tais objetos de exceção, a participação no espaço internacional se deve cada vez mais à adoção de procedimentos de valorização da assinatura e certificação da autenticidade, de modo a garantir aos compradores a segurança do investimento.

Mas, ainda que essa dimensão mais universalizante de equiparação ao padrão europeu como que libere as criações brasileiras do fardo histórico de representar exoticamente o país, as velhas relações de força internacionais figuram na atuação decisiva de França e Itália na intermediação desse “design que atravessa fronteiras”¹². Ao transferir-se do Brasil para a França, na contramão da deslocalização das ativida-

12 Sobre o peso dominante de França e Itália em universos que concorrem pelo monopólio do *savoir-vivre* e do bom gosto, ver Boltanski e Esquerre (2016). E especificamente em matéria de arquitetura doméstica e decoração, ver Pulici (2023). Quando menciona o “monopólio do chic” por parte da França, Bourdieu (2023) trata das relações de forças simbólicas que fazem com que certas nações gozem de uma dominação estatutária sobre certos universos.

des produtivas, o editor de móveis *Objekto*, por exemplo, intermediador da visibilidade internacional brasileira, justifica que o engajamento ético dos fabricantes, outra bandeira contemporânea, só é possível em solo europeu cuja logística (inexistente no Brasil) permite adotar matérias-primas locais certificadas, menos poluentes, além de pagar direitos autorais aos criadores e salários justos aos trabalhadores.

Débora Previatti, em artigo neste dossiê, centra-se igualmente nos editores tomados como “intermediários culturais decisivos” na edificação do subcampo editorial por sua capacidade de retraduzir injunções externas segundo os princípios específicos desse microcosmo, em seu período de maior expansão. A autora ressalta como, na atuação como prescritores de preferências, esses editores selecionam (e, portanto, excluem) certos modelos estéticos e políticos, bem como determinados contextos nacionais e linguísticos¹³.

Previatti acompanha a fundação de Academias, a criação de premiações e a explosão de edições a partir dos anos 1990, em São Paulo e no Rio de Janeiro, cidades tomadas como “capitais editoriais” e “capitais gastronômicas” do país. Nesse percurso, vemos como princípios de hierarquização internacionais pautaram a constituição das empreitadas editoriais no Brasil, e como a vinda de delegações francesas em viagens gastronômicas pelo país desencadearam o *boom* editorial dessa literatura, num contexto em que, segundo a autora, “a emergência do subcampo editorial de livros de culinária e gastronomia na década de 1990

é decorrente da circulação internacional de bens simbólicos, ideais, modelos e pessoas, sobretudo franceses”.

Se alguns trabalhos críticos de *A república mundial das letras* consideram que Pascale Casanova ignorou os “*blockbusters* literários”, tendo discutido particularmente a literatura do polo mais autônomo dos interesses extraliterários, Débora Previatti identifica, de saída, uma maior heteronomia de base no universo dos autores de culinária e gastronomia, uma vez que tais indivíduos são, com frequência, previamente consagrados nas revistas, televisão e redes sociais, revelando uma “porosidade significativa entre setores da indústria cultural”. Soma-se a isso o fato de que, em matéria de produção editorial de títulos culinário-gastronômicos, estão presentes não apenas cozinheiros e fotógrafos como também escritores e editores, para não mencionar as cada vez mais onipresentes e imbatíveis “celebridades da comida” nas publicações mais prestigiadas.

Em via semelhante está a análise desenvolvida no livro de Ana Paula Cavalcanti Simioni sobre *Mulheres modernistas: estratégias de consagração na arte brasileira* (2022). Com a resenha de Jéssica Ronconi, sabemos que o status da França e de Paris como instância de consagração mundial se revela igualmente significativo ao trânsito internacional (mais ou menos bem-sucedido) de Tarsila do Amaral e de Anita Malfatti, no início do século XX. Nessa publicação em que são apresentados os resultados de pesquisa de livre docência, percebemos que Simioni segue examinando as constrições e

13 A respeito do papel de prescritores na gênese social das preferências, ver Pulici (2020b) e Garcia-Parpet (2003, 2010).

resistências de artistas, privilegiando, desta vez, além das consagradas pintoras do modernismo brasileiro, a menos celebrada artista decorativa Regina Gomide Graz. Ronconi retoma os principais momentos e argumentos desse trabalho que recupera as trajetórias dessas três mulheres, descrevendo o “contexto nacional e internacional da recepção de suas obras”, o que lhe permite retratar seus recursos, investimentos, “preferências estéticas e temáticas e suas ambições artísticas e profissionais”, associados a contextos históricos e sociais mais gerais de “apreciações e depreciações de suas obras”.

Se a busca da chancela francesa persistiu visível, mesmo em movimentos artísticos de vanguarda que pregavam a alforria em relação aos referenciais europeus, não surpreende que no Brasil imperial diferentes modalidades de carreira literária estivessem fortemente atadas aos critérios de excelência franceses, sobretudo quando os postulantes mantinham proximidade com a família real brasileira. Segundo nos mostra Rodrigo Bordignon, esse foi o caso de Alfredo Taunay, que se empenhou tanto na publicação como na tradução para o francês de alguns de seus livros. No artigo deste dossiê, o autor investiga as condições de possibilidade de que obras literárias pudessem existir além-fronteiras, por meio da análise das estratégias literárias desse escritor, militar e político do Brasil da 2ª metade do século XIX.

Na contramão das leituras “internalistas” que examinam as edições em língua estrangeira como mera passagem de um idioma a outro, Bordignon desvela a geopolítica das traduções, mostrando como as negociações linguísticas estão atravessadas por clivagens e relações de força sociais no interior de cada um dos países, mas também entre países no desigual cenário mun-

dial. Inspirado pelo trabalho de Pascale Casanova, retoma a metáfora do “meridiano de Greenwich” ao redor do qual se projeta o “mapa estético do mundo” e, com este, “a definição da língua franca das transações, dos cânones, dos modelos estéticos e da temporalidade específica a partir da qual uns podem avaliar a si e aos demais”.

Nesse contexto, observa-se a posição dominante da França, naquele período, sobre a estruturação e funcionamento de uma “república mundial das letras”, uma vez que figurava como nação exportadora de princípios de arbitragem do “bom gosto” e dos critérios apreciativos validados em diferentes domínios e práticas do polo importador. É o que verificou Bordignon com a publicação de *La retraite de Laguna*, de Taunay, diretamente em francês, em uma clara aspiração à notoriedade internacional (francesa), e com a expectativa de que o seu *História da Guerra do Pacífico* deveria ser igualmente impresso em língua francesa, a fim de informar “o mundo civilizado” sobre os principais episódios da guerra do Paraguai. Pelo destaque dado às operações de tradução e de “‘corretagem’ internacional dos textos”, o artigo deixa patente as assimetrias na circulação de produtos nacionais em um período em que o eixo dominante favorecia as estratégias cosmopolitas e definia os traços das permutas entre centro e periferia (CASTELNUOVO; GUINZBURG, 1981).

São incontestes as contribuições das ciências sociais nacionais e internacionais à análise das transferências (simbólicas e materiais) entre agentes sociais de distintos segmentos e domínios de atuação, alocados em planos nacionais, mas que não deixam de agir por referentes/interferências de princípios externos, ou de visar o acúmulo de recursos, reconhecimentos e certifica-

ções internacionalmente lucrativas. Com variadas dimensões analíticas, dinâmicas e protagonistas são caracterizados segundo seus ramos de atividades, identificações, organizações, intermediações, “causas”, modalidades e repertórios de mobilização, modos de classificação e apreciação, etc., sempre em estados de tensão e adaptação.

A maioria dos artigos disponibilizada neste volume da REPOCS aborda, por um lado, a configuração brasileira como constituída, desde a sua gênese, por ingerências e acordos com elementos exógenos (representantes, instituições, “causas”, artefatos culturais, princípios de classificação, apreciação e prescrição, etc.), prioritariamente exportados da França, mas também a interferência de outras “potências”, como Alemanha e os Estados-Unidos. E, por outro lado, todos os textos caracterizam dinâmicas em que produtos e princípios de hierarquização advindos ou disputados no eixo Europa ocidental-América do Norte se impõem (conforme os distintos estágios do *equilíbrio instável da balança de poder* e não unilateralmente) como cânones determinantes dos modos de agir e de pensar nos mais diversos pontos do “globo”.

Dessa forma, considerando a hierarquização das posições das nações e o poder de imposição/assimilação de modelos (de múltiplos tipos) das configurações historicamente dominantes/dominadas, as reflexões atentam à importância da origem nacional nas configurações de intercâmbios oficiais, de investimentos (individuais e coletivos) e de domínios de atuação políticos e/ou

culturais. Portanto, tais origens têm peso significativo na conformação seja dos *espaços de possíveis* disponíveis aos agentes, seja das ofertas nas diferentes escalas de circulação nas quais investem. Entretanto, essa dimensão é inseparável das condições específicas em que determinados grupos e indivíduos e seus bens transitam com maior ou menor desenvoltura do que outros. Esses condicionantes, das práticas e dos sentidos, dos recursos acumulados e ativados, servem de suportes aos delineamentos (provisórios) de um “espaço transnacional” e das chances de “êxitos” ou de “fracassos” daqueles que garantem (por tudo que mobilizam) a existência desse espaço como uma evidência.

Parece claro que o tratamento das transações *de bens simbólicos* exige qualificar a orientação dos empréstimos designados como “internacionais”, que abrangem afluências multidirecionadas¹⁴, com uma pluralidade de possibilidades de transplantes, arranjos, adequações, barganhas, etc. E a análise sociológica sistemática pode ajudar a elucidar a complexidade das lógicas e práticas assentadas entre as polarizações da plena “inovação” ou “invenção”, e as da pura “imitação” ou “cópia”. Nesse caso, podemos testar as possíveis correlações entre o peso da ocupação de posições, mais ou menos vulnerável de certos países nas relações de força mundiais, e a maior tendência à importação de produtos e esquemas de percepção e de apreciação relativamente a outras nações que, ao contrário, contam com legitimidades resistentes e posições suficientemente fortes para

14 Vale aqui o alerta de Reis e Grill (2022, p.100) sobre a importância de fugir das “armadilhas do raciocínio dual” e seguir as diretrizes do raciocínio eliasiano, no sentido de perseguir o “caráter bipolar e multipolar das trocas simbólicas” deflagradas em configurações de lutas com uma profusão de direções e direcionamentos possíveis

justificar suas estratégias de exportação e de condescendência.

Enfim, as análises das *transações de bens simbólicos* reunidas neste fascículo trazem à tona um composto de elementos, vínculos, crenças, interesses, etc. gerados em relações de forças entre agentes e configurações nacionais diferenciadas, atentando àquilo que é transacionado, às maneiras de conceber e gerenciar os bens e aos seus efeitos na distribuição de posições de autoridade. A partir dos artigos, podemos pensar em questões relacionadas às formas de conexões e de inserções alógenas às dinâmicas nacionais, de construção de “causas” que mobilizam porta-vozes com perfis “adequados”, de produção econômica e cultural, gostos, estilos de vida, de critérios de reconhecimento, passando por composições de mercados editoriais e cinematográficos. E, sobretudo, temos a oportunidade de refletir sobre os ordenamentos das “sociedades modernas” e como elas são marcadas por relações de dependência e interdependência em diversos níveis, incluindo aquelas que definem a circulação/apropriação de modelos dominantes nas próprias ciências sociais.

Referências

- BADIE, B. *L'État Importé: l'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992.
- BADIE, B.; HERMET, G. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BAYART, J.F. *L'État en Afrique: La politique du ventre*. Paris: Fayard, 1989.
- BAYART, J.F. *L'État au Cameroun*. Paris: Presses de la FNSP, 1985.
- BOLTANSKI, L.; ESQUERRE, A. *Enrichissement: une critique de la marchandise*. Paris: Gallimard, 2016.
- BOURDIEU, P. *Impérialismes: circulation internationale des idées et luttes pour l'universel*. Paris: Raisons d'agir, 2023.
- BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 2021a.
- BOURDIEU, P. *O baile dos celibatários: crise da sociedade camponesa no Béarn*. Tradução e apresentação: Carolina Pulici. São Paulo: Editora Unifesp, 2021b.
- BOURDIEU, P. *Esquisses algériennes*. Paris: Seuil, 2008.
- BOURDIEU, P. Une histoire structurale. *In*: BOURDIEU, P. *La Noblesse d'État*. Paris: Minuit, 1989, p. 265-328.
- BOURDIEU, P. (Org.). *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Éditions de Minuit, 1965.
- CASANOVA, P. *La République mondiale des lettres*. Paris: Seuil, 1999.
- CASTELNUOVO, E.; GINZBURG. Domination symbolique et géographie artistique dans l'histoire de l'art italien. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 40, 1981, p. 51-72.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. A Dolarização do conhecimento técnico e profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 12-25, 2000.
- DEZALAY, Y.; MADSEN, M. Espaços de poderes nacionais, espaços de poderes internacionais: estratégias cosmopolitas e reprodução das hierarquias sociais. *In*: CANÊDO, L. *et. al.* *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 23-52.
- ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- ELIAS, N. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- GARCIA-PARPET, M-F. Grupo doméstico e estratégias de reconversão: o caso da vinicultura francesa. *REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 7, n. 13, p. 13-42, 2010.
- GARCIA-PARPET, M-F. Styles de vie et manières de boire: un marché de l'offre des biens de prescription œnologique. *Cahiers lillois d'économie et de sociologie*, n. 41-42, p. 177-197, 2003.
- GARCIA JUNIOR, A. Vantagens e armadilhas do atraso: estudos internacionais e recomposição das elites dirigentes no Brasil em perspectiva comparada. In: CANÊDO, L. *et al.* *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 183-212.
- GRILL, I. G.; REIS, E. T. *As elites parlamentares e a dupla arte de representar: interseções entre cultura e política no Brasil*. Rio de Janeiro: EDFGV, 2016.
- GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. *REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 9, nº17, 2012, p. 101-122.
- GUILHOT, N. Les professionnels de la démocratie: logiques militantes et logiques savantes dans le nouvel internationalisme américain. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 139, p. 63-75, 2001.
- LIZÉ, W; NAUDIER. D.; ROUEFF, O. *Intermediários do trabalho artístico: à la fronteira de l'art et du commerce*. Paris: La Documentation Française, 2011.
- MARTIN, D.C. *Tanzanie: l'invention d'une culture politique*. Paris: Presses de la FNSP, 1988.
- NEIBURG, F. O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social. In: WAIZBORT, L. (Org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- PULICI, C. Exclusividade ou primazia das práticas mais raras: os deslocamentos multiterritoriais na socialização das classes superiores paulistas. In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. (Orgs.). *Estudos de elites e formas de dominação*. São Leopoldo: Oikos, 2020a, p. 186-211.
- PULICI, C. *Les bonnes manières d'habiter: la presse d'architecture et de décoration entre hiérarchies du marché et autorité culturelle (2000-2015)*. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 231-232, p. 86-105, 2020b.
- PULICI, C. "Brazil looks at Brazil"? "French-style living" among contemporary arbiters of taste (2000-2015). *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-28, 2023.
- REIS, E. T. Intelectuais europeus: transações culturais, circulação de ideias e disputas em torno da definição de "intelectual". *REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 8, n. 15, p. 211-218, 2011.
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. *Biografias estratégicas: o que o nome das fundações partidárias quer dizer? Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 50, p. 97-147, 2022.
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. *Fundações partidárias e processos de politização no Brasil*. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 37, p. 143-190, 2017.
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. *Juxtapositions de logiques et de champs culturels et politiques dans l'état du Maranhão. Brésil(s)*. *Sciences humaines et sociales*, n. 24, nov/2023 (prelo).
- SAPIRO, G. *L'espace intellectuel en Europe. De la formation des États-nations à la mondialisation (XIX-XXI siècle)*. Paris: La Découverte, 2009.
- SEIDL, E.; GRILL, I. G. (Orgs.). *As ciências sociais e os espaços da política*. Rio de Janeiro: EDFGV, 2013.
- WACQUANT, L.; CALHOUN, C. Interesse, racionalidade e cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 76-100, 1991.